

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A e empresas controladas

C.N.P.J. 07.450.604/0001-89

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. ("CCB Brasil" ou "Banco") submete à apreciação de V.S.as. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, juntamente com o relatório dos Auditores Independentes sem ressalvas e o relatório do Comitê de Auditoria, ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Os comentários aqui apresentados, exceto quando ressalvados de forma diferente, são demonstrados em bases consolidadas, abrangendo suas empresas controladas e em moeda corrente nacional (Reais - R\$). As demonstrações contábeis retratadas estão em conformidade com as normas do Banco Central do Brasil - BACEN.

Impactos da Pandemia Coronavírus - COVID-19

a) Contexto Geral
Considerando a pandemia mundial declarada pela OMS - Organização Mundial de Saúde, relacionada ao novo Coronavírus - "COVID-19", que vem afetando e trazendo riscos à saúde pública e os inúmeros impactos na economia brasileira e mundial, o CCB Brasil adotou uma série de medidas, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, buscando minimizar ao máximo os eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos seus funcionários, familiares e parceiros nas áreas onde atua, bem como a continuidade regular das operações e dos negócios do Banco.

b) Impacto nos negócios do exercício de 2020
O CCB Brasil adotou medidas conservadoras em seu portfólio, fortalecendo um intenso monitoramento na carteira de créditos, e sobre clientes que poderiam ter impactos relevantes com a redução da atividade doméstica. A qualidade da carteira no segmento corporativo e em empresas médias continuou para o pouco efeito na deterioração da carteira corporativa, frente às expectativas de mercado, que representa 80% do portfólio. As principais medidas para contornar o grave impacto da crise foram o congelamento dos limites de crédito para avaliação dos impactos em respectivos setores econômicos; realização de comitês de créditos diariamente e início de monitoramento intensivo de todos os clientes com vencimentos até o final de 2020; adoção de critérios mais restritivos para concessão de novos créditos e concentração de esforços em segmentos menos impactados pela Covid, todos em linha com as resoluções 4.792 e 4.803 do Banco Central do Brasil - BACEN.

Baseado neste cenário, o CCB Brasil tomou uma postura conservadora e em abril de 2020 suspendeu preventivamente todos os novos desembolsos aos funcionários dos governos locais estaduais. Reduzimos também a idade máxima do cliente para concessão de crédito consignado e realizamos adequações nas políticas de concessão de crédito de varejo. Os índices consolidados de NPL (*non performing loans*) compostos pela carteira de crédito classificada entre os níveis de risco D e H, continuam bem controlados, demonstrando positiva performance na qualidade da carteira corporativa. A carteira consolidada em 31 de dezembro de 2020 apresentou

4,9% de NPL, enquanto em 31 de dezembro de 2019 5,0%.

Além das medidas acima indicadas, o Banco vem analisando todas as novas diretrizes e políticas governamentais em resposta à pandemia.

Desempenho do Exercício

O ano de 2020 refletiu positivamente as medidas adotadas pelo Banco no ano precedente, que propunham elevar a qualidade e o volume dos ativos e, ao mesmo tempo, adequar a estrutura operacional do Banco para obter melhor eficiência da organização. Ao final do segundo semestre de 2020, as operações de crédito alcançaram R\$ 10.423,6 milhões, decréscimo de 1,5% na comparação com o ano precedente de 2019. A parcela dos créditos classificados com rating AA-C, (faixa dos créditos de menor risco), manteve-se estável ao mesmo período do ano anterior representando 95,1% do total da carteira (95,0% em dezembro 2019).

Em relação ao *Funding*, observamos um aumento de 30,2% da captação em reais em doze meses. Os depósitos a prazo atingiram R\$ 5.555,1 milhões, aumento de 75,9% ante o ano anterior. Os recursos de letras emitidas, compostos pelas LCAs, LFs e LCI's, somaram R\$ 693,2 milhões, decréscimo de 50,0% na comparação com 31 de dezembro de 2019. Em 31 de dezembro de 2020, a Matriz representava 37,8% (39,4% em 2019) da captação total de R\$ 11.860,6 milhões. Vale salientar que a Matriz tem provido o CCB Brasil com *funding* adequado a manutenção da continuidade das suas atividades operacionais e aderente às condições das taxas de mercado. Com efeito, os recursos da Matriz, habitualmente disponibilizados por prazos de 360 dias, têm sido sistematicamente renovados. O resultado bruto da intermediação financeira consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 alcançou R\$ 543,5 milhões, decréscimo ante o resultado obtido no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, R\$ 628,1 milhões.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as despesas de custeio que abrangem as despesas administrativas e de pessoal somaram R\$ 271,4 milhões, decréscimo de 16,5% na comparação com o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

O prejuízo líquido consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 475,9 milhões (2019 - prejuízo R\$ 4,7 mil) sendo que a parcela significativa foi decorrente da baixa de crédito tributário no montante de R\$ 394,2 milhões (R\$ 40,7 milhões em 2019).

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido consolidado alcançou R\$ 1.110,3 milhões e o índice de Basileia era de 15,31%.

Recursos Humanos e Pontos de Atendimentos

O Banco encerrou 2020 com 359 funcionários e nove pontos de atendimento.

Considerações finais

Agredecemos aos nossos acionistas, clientes e fornecedores pelo apoio e confiança em nossa administração, e aos nossos funcionários, pela valiosa contribuição. (Divulgação autorizada na Reunião do Conselho de Administração de 25 de março de 2021).

	Nota	Banco		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
ATIVO					
Circulante e não Circulante					
Instrumentos Financeiros		16.472.207	16.346.347	16.557.290	16.342.265
Disponibilidades		168.495	93.665	168.559	93.818
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	1.263.746	1.258.802	887.890	498.446
Títulos e valores mobiliários	6,b	4.884.623	4.790.396	4.884.623	4.801.379
Derivativos	7,i	98.570	425.125	98.570	425.125
Carteira de crédito e arrendamento mercantil	8	9.006.816	8.244.722	9.517.523	9.069.834
Operações de câmbio	9	1.075.652	1.506.955	1.075.652	1.506.955
Outros instrumentos financeiros	10	461.208	477.725	462.636	478.431
Provisão para perda esperada ao risco de crédito	11	(486.903)	(451.043)	(538.163)	(551.723)
Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	12	169.144	228.163	171.948	235.226
Custo		311.487	377.652	318.684	392.608
Provisão para redução ao valor recuperável		(142.343)	(149.489)	(146.736)	(157.382)
Investimentos		335.354	323.172	645	645
Participações societárias	13	334.710	322.528	-	-
Outros investimentos		644	644	645	645
Imobilizado		20.174	31.660	21.158	33.349
Custo		111.746	114.819	116.127	119.200
Depreciação acumulada		(90.063)	(81.650)	(93.460)	(84.342)
Provisão para redução ao valor recuperável		(1.509)	(1.509)	(1.509)	(1.509)
Ativo Intangível		1.970	2.867	1.988	7.275
Custo		22.306	20.877	129.686	128.258
Amortização acumulada		(20.336)	(18.010)	(127.698)	(120.983)
Ativos Fiscais		1.341.495	1.624.263	1.412.227	1.746.107
Impostos a compensar		10.741	23.623	31.925	47.120
Crédito tributário	14,a	950.092	1.219.978	999.640	1.318.325
Crédito presumido - Lei nº 12.838/13	14,b	380.662	380.662	380.662	380.662
Outros Ativos	15	65.081	79.683	76.200	82.954
Total do Ativo		18.405.425	18.636.155	18.241.456	18.447.821

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

	Nota	Banco		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
PASSIVO					
Circulante e não circulante					
Instrumentos Financeiros		15.871.564	15.587.516	15.563.794	15.218.862
Captações no mercado	16	10.368.069	8.837.154	10.113.956	8.578.161
Obrigações por empréstimos e repasses	17	4.352.900	4.798.031	4.352.900	4.798.031
Derivativos	7,i	82.233	14.890	82.233	14.890
Operações de câmbio	9	112.856	17.768	112.856	17.768
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	18	892.897	692.555	892.897	692.555
Dívida subordinada	19	-	1.110.499	-	1.110.499
Outros instrumentos financeiros	20	62.609	116.619	8.952	6.958
Provisões	21	1.084.874	1.014.406	1.131.744	1.054.932
Obrigações Fiscais		283.338	350.897	332.355	405.133
Impostos correntes		18.173	27.376	28.191	32.195
Impostos diferidos	14,c	182.883	241.382	221.882	290.799
Crédito presumido - Lei nº 12.838/13	14,b	82.282	82.139	82.282	82.139
Outras Obrigações	24	99.593	155.950	103.285	177.905
Total do Passivo		17.339.369	17.104.769	17.131.178	16.856.832
Patrimônio Líquido					
Capital social	25,a	2.956.864	2.956.864	2.956.864	2.956.864
Ações em tesouraria	25,b	(55.105)	(55.105)	(55.105)	(55.105)
Prejuízos acumulados	(1.832.035)	(1.371.538)	(1.787.813)	(1.311.935)	
Reservas de capital		899	899	899	899
Outros resultados abrangentes		(4.567)	266	(4.567)	266
Total do Patrimônio Líquido		1.066.056	1.531.386	1.110.278	1.590.989
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		18.405.425	18.636.155	18.241.456	18.447.821

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas

	Nota	Reservas de capital				Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
		Agio na subscrição de ações		Reservas de capital				
		2020	2019	2020	2019			
Saldos em 01 de janeiro de 2019		2.956.864	(55.105)	899	266	(1.371.538)	1.531.386	
Outros resultados abrangentes		-	-	-	(1.954)	-	(1.954)	
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	(1.653)	(1.653)	
Saldos em 31 de dezembro de 2019		2.956.864	(55.105)	899	266	(1.371.538)	1.531.386	
Mutações do exercício								
Saldos em 01 de janeiro de 2020		2.956.864	(55.105)	899	266	(1.371.538)	1.531.386	
Outros resultados abrangentes		-	-	-	(4.833)	-	(4.833)	
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	(460.497)	(460.497)	
Saldos em 31 de dezembro de 2020		2.956.864	(55.105)	899	(4.567)	(1.832.035)	1.066.056	
Mutações do exercício								
Saldos em 01 de julho de 2020		2.956.864	(55.105)	899	(18)	(1.894.700)	1.007.940	
Outros resultados abrangentes		-	-	-	(4.549)	-	(4.549)	
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	62.665	62.665	
Saldos em 31 de dezembro de 2020		2.956.864	(55.105)	899	(4.567)	(1.832.035)	1.066.056	
Mutações do semestre								
		-	-	-	(4.549)	62.665	58.116	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

	Nota	Banco				Consolidado			
		2º semestre		2º semestre		2º semestre		2º semestre	
		2020	2020	2019	2020	2020	2020	2019	
Receitas da Intermediação Financeira		107.424	3.018.319	1.765.219	105.778	3.084.124	1.859.815		
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	27	152.298	1.878.480	730.635	161.745	1.973.180	909.014		
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários	28	55.678	247.123	821.964	44.585	218.228	738.181		
Resultado com derivativos	29	(29.644)	352.273	58.570	(29.644)	352.273	58.570		
Resultado de câmbio	30	(70.908)	540.443	154.050	(70.908)	540.443	154.050		
Despesas da Intermediação Financeira		96.341	(2.561.529)	(1.274.990)	104.608	(2.540.643)	(1.231.714)		
Obrigações por empréstimos e repasses	32	187.784	(1.573.543)	(437.221)	187.784	(1.573.543)	(437.221)		
Operações de captações no mercado	33	(114.738)	(282.398)	(579.848)	(113.223)	(278.181)	(566.324)		
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	34	28.611	(252.956)	(78.427)	28.611	(252.956)	(78.427)		
Dívida subordinada		-	(438.896)	(153.278)	-	(438.896)	(153.278)		
Outras despesas de intermediação financeira	31	(5.316)	(13.736)	(26.216)	1.436	2.933	3.536		
Resultado Bruto da Intermediação Financeira antes da Perda Esperada ao Risco de Crédito		203.765	456.790	490.229	210.386	543.481	628.101		
Provisão para perda esperada ao risco de crédito	11	(197.106)	(398.734)	(120.814)	(190.088)	(382.871)	(212.930)		
Resultado Líquido da Intermediação Financeira		6.659	58.056	369.415	20.298	160.610	415.171		
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(56.962)	(259.410)	(467.549)	(98.804)	(331.048)	(534.845)		
Receitas com prestação de serviços e tarifas	35	30.354	55.825	36.398	30.483	56.135	36.324		
Despesas de pessoal	36	(75.729)	(147.882)	(182.836)	(83.448)	(183.187)	(200.597)		
Outras despesas administrativas	37	(36.426)	(84.018)	(92.111)	(47.883)	(108.178)	(124.455)		
Outras receitas operacionais	38	110.514	128.934	154.988	119.662	141.663	30.898		
Outras despesas operacionais	39	(30.263)	(109.974)	(124.527)	(37.642)	(128.137)	(176.096)		
Resultado de participações societárias	13	22.050	17.314	(19.619)	(301)	(230)	(891)		
Provisão para passivos contingentes	22,a	(77.363)	(107.574)	(150.330)	(79.575)	(117.079)	(150.606)		
Provisão para garantias prestadas		(100)	(12.035)	49.978	(100)	(12.035)	49.978		
Resultado Operacional		(60.303)	(201.354)	(98.134)	(78.506)	(170.438)	(119.674)		
Outras receitas (despesas) não operacionais		3.293	2.467	442	3.895	3.602	704		
Provisão para imparidade de ativos não financeiros mantidos para venda		(10.901)	(40.278)	5.950	(10.452)	(43.418)	5.699		
Resultado não Operacional	40	(7.608)	(37.811)	6.392	(6.557)	(39.816)	6.393		
Resultado antes da Tributação		(57.911)	(239.165)	(91.742)	(85.063)				

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Demonstração de Resultado		2019	
De	Para	BANCO	CONSOLIDADO
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Provisão para perda esperada ao risco de crédito	(120.814)	(212.930)
Renda de tarifas bancárias	Receitas de prestação de serviços e tarifas	1.668	1.668
Rendas de prestação de serviços	Receitas de prestação de serviços e tarifas	34.730	35.256
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	Resultado com derivativos	58.570	58.570
Resultado de aplicações compulsórias	Outras receitas operacionais	5	5
Resultado de câmbio	Resultado de câmbio	154.050	154.050
Resultado de participações em controladas	Resultado de participações societárias	(19.619)	(891)
Resultado de títulos e valores mobiliários	Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários	824.050	740.267
Resultado não operacional	Outras receitas (despesas) não operacionais	442	704
	Provisão para imparidade de ativos não financeiros mantidos para venda	5.950	5.689
Total		(1.653)	(4.702)

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios apresentados. As demonstrações contábeis foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 25 de março de 2021.

b) Apresentação das Demonstrações Contábeis Consolidadas de 31 de dezembro de 2019
Após a emissão das demonstrações contábeis originais do Citic Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. - CCB Brasil e empresas controladas, em 24 de março de 2020, referente à data-base 31 de dezembro de 2019, a Administração identificou a necessidade de correção de erro decorrente de classificação incorreta na rubrica de "Ajustes de Exercícios Anteriores" relativa a despesa com contribuição social diferida passiva sobre *hedge accounting* no patrimônio líquido no montante de R\$ 5.637. A referida despesa de contribuição social diferida passiva foi reclassificada para a rubrica de "Impostos Diferidos" na demonstração do resultado consolidado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

A referida despesa de contribuição social diferida passiva foi reclassificada para a rubrica de "Impostos Diferidos" na demonstração do resultado consolidado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Dessa forma, as demonstrações contábeis do Consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram ajustadas e estão sendo reapresentadas. Segue abaixo, um resumo do referido ajuste de reclassificação:

b.1) Demonstração do Resultado - exercício findo em 31 de dezembro de 2019
O referido ajuste de reclassificação de R\$ 5.637 foi efetuado em contrapartida a rubrica "Impostos Diferidos", de acordo com a nova reclassificação informada na nota 2.a e apresentada abaixo:

	CONSOLIDADO		
	2019	2020	2019
Resultado Operacional	(119.674)	(119.674)	(119.674)
Resultado não Operacional	6.393	-	6.393
Resultado Antes da Tributação	(113.281)	(113.281)	(113.281)
Imposto de renda e contribuição social	(13.306)	-	(13.306)
Impostos diferidos	127.522	(5.637)	121.885
Lucro (Prejuízo) do Período	935	(5.637)	(4.702)

c) Reapresentação de nota explicativa de 31 de dezembro de 2019
Adicionalmente foi eltuada a revisão da nota explicativa 14.4 - Crédito Tributário - Realização de créditos tributários, de forma a refletir adequadamente os valores anuais estimados para os próximos dez anos da respectiva realização dos créditos tributários ativados do Banco e do Consolidado em 31 de dezembro de 2019, em consonância com os estudos elaborados pela Administração e 14.4 - Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social de forma a refletir o ajuste da reclassificação da despesa com contribuição social diferida passiva conforme divulgado no item b.1 acima.

d) Demonstrações contábeis consolidadas
Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas os saldos patrimoniais e os resultados originados de transações entre as empresas do grupo foram eliminados. Abaixo as controladas diretas e indiretas que fazem parte do escopo de consolidação:

Participação	%
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A.	100
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	100
CCB Brasil Informática S.A.	100
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	100
CCB Brasil S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos	100
CCB Brasil Promotora de Vendas Ltda.	100
CCB Brasil Cobrança Ltda.	100
Reconciliação do lucro e do patrimônio líquido do CCB Brasil (BANCO) x CCB Brasil (CONSOLIDADO).	100

	2º semestre 2020	2020	2019
Resultado do exercício (Banco)	62.665	(460.497)	(1.653)
<i>Hedge accounting</i> carteira de varejo (líquido de efeitos tributários)	(22.547)	(14.973)	(1.546)
Provisão para operações de crédito cedidas à controlada CCB Brasil Financeira	(1.409)	(408)	(1.503)
Resultado do exercício (Consolidado)	38.709	(475.878)	(4.702)

	2020	2019
Patrimônio líquido do exercício (Banco)	1.066.056	1.531.386
<i>Hedge accounting</i> carteira de varejo (líquido de efeitos tributários)	41.371	56.344
Provisão para operações de crédito cedidas à controlada CCB Brasil Financeira	2.851	3.259
Patrimônio líquido do exercício (Consolidado)	1.110.278	1.590.989

3. Principais práticas contábeis
a) Moeda funcional
As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do CCB Brasil. Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço divulgada pelo BACEN, sendo as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do exercício.

Para a agência no exterior, cujas operações são realizadas em moeda estrangeira, por se tratar na essência de uma extensão das atividades no Brasil, sem grau significativo de autonomia, a moeda funcional determinada segundo critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.524/16 é o Real, sendo os ativos e passivos convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do balanço, e o resultado convertido pela taxa de câmbio da data da transação. Os ajustes decorrentes da conversão são registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

b) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, que sejam prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 03 meses e apresentem risco insignificante de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez
São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Títulos e valores mobiliários
Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários, são assim classificados e avaliados:

- **Títulos para negociação** - títulos e valores mobiliários adquiridos com o intuito de serem ativa e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício.
- **Títulos disponíveis para venda** - títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação, nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários.
- **Títulos mantidos até o vencimento** - títulos e valores mobiliários, em que a Administração declara a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

e) Instrumentos financeiros derivativos
A avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do exercício.

f) Carteira de crédito e provisão para perda esperada ao risco de crédito
A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados pro rata dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Para a apuração da provisão para perda esperada ao risco de crédito, as operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos em relação à operação e aos devedores, incluindo entre outros, a situação financeira entre as partes, níveis de inadimplência, os fluxos de caixa futuros esperados, os valores estimados de recuperação e realização das garantias, observando os parâmetros e requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (potencial perda) e o julgamento da Administração, conforme demonstrado na nota 8.d - Composição da carteira por níveis de risco.

g) Cessão de crédito
A baixa de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais do fluxo de caixa se expiram ou quando ocorre a venda ou transferência do mesmo. Conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 3.533/08, a venda ou transferência de um ativo financeiro é classificada em três categorias:

- **Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios:** são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda incondicional de ativo financeiro; (II) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da operação; e, (III) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer. Nessa categoria, o ativo objeto da cessão, é baixado no ato da operação pro rata dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.
- **Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios:** são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda de ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (II) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (III) venda de ativo financeiro em conjunto com *swap* de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao vendedor ou cedente; (IV) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e, (V) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garante por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador. Nessa categoria, o ativo objeto da cessão é mantido nos livros contábeis e é reconhecido um passivo a favor do cessionário pelo valor da cessão. Os ativos continuam gerando resultado positivo e o passivo gerando despesa pela taxa aplicada na cessão. Esses valores são registrados em contas de receita de transferência de ativos financeiros (ativo) e despesa de transferência de ativos financeiros (passivo), pelo prazo das operações cedidas.
- **Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios:** são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação. O Banco não trabalha com essa modalidade.

Quanto à transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade dos ativos financeiros é efetuada com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, utilizando-se como metodologia, a comparação da exposição, antes e depois da venda ou da transferência, relativamente à variação no valor presente do fluxo de caixa esperado associado ao ativo financeiro descontado pela taxa de juros de mercado apropriada.

h) Ativos não financeiros mantidos para venda
Ativos não financeiros mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, ou grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação ("Operações descontinuadas"), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano a contar da data-base das informações financeiras. São mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria. Não são depreciados, desde que permaneçam nessa categoria.

i) Participação societária
As participações societárias, nas demonstrações contábeis individuais, são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

j) Ativos e obrigações fiscais
O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre o lucro contábil ajustado nos termos da legislação tributária, às alquotas de 15%, acrescida de adicional de 10% acima de determinado limite para o imposto de renda e, de 15% sobre lucro antes da dedução do imposto de renda para a contribuição social até fevereiro de 2020, conforme a lei nº 13.169/15 e, a partir de março de 2020, o Banco passou a adotar a alíquota de 20%, conforme Emenda Constitucional nº 103/19. As empresas controladas mantiveram a alíquota de 15%. O estoque de créditos tributários e de passivo fiscal diferido registrado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram calculados pela aplicação da alíquota de 20% da contribuição social e 25% de impostos de renda, considerando que a realização ou liquidação se dará na vigência da nova alíquota.

k) Instrumentos financeiros registrados no passivo circulante e não circulante
Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias (em base "pro rata") e cambiais auferidas.

l) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com critérios definidos pela Resolução CMN nº 3.823/09.

m) Provisões: não são reconhecidas contabilmente, exceto quando da existência de decisão judicial favorável, sobre a qual não se admitam recursos, caracterizados como praticamente certo. Os ativos com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa. O CCB Brasil não possui ativos contingentes de êxito provável;

n) Provisões: são reconhecidas contabilmente quando a Administração, assessorada pelos consultores jurídicos, avalia a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificados como possível são apenas divulgados em nota explicativa;

o) Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é usado para passivos e ativos que não sejam reconhecidos porque a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade. O termo passivo contingente é usado para passivos que não satisfaçam os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

p) Obrigações legais: estão reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

q) Estimativas contábeis
A elaboração das demonstrações contábeis está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a aplicação de estimativas e premissas incluem: a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, a avaliação das contingências, obrigações e respectivas provisões, a avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, e a avaliação do valor de mercado dos instrumentos financeiros e derivativos.

A liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes a esse processo. O CCB Brasil revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2020	2019	2020	2019
Disponibilidades	168.495	93.665	168.559	93.818
Aplicações no mercado aberto	733.997	229.999	733.997	229.999
Aplicações em moedas estrangeiras	148.362	262.998	148.362	262.998
Total	1.050.854	586.662	1.050.918	586.815

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2020	2019	2020	2019
Aplicações no mercado aberto	733.997	229.999	733.997	229.999
Aplicações em depósitos interfinanceiros	381.387	765.805	5.531	5.449
Aplicações em moedas estrangeiras	148.362	262.998	148.362	262.998
Total	1.263.746	1.258.802	887.890	498.446

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2020	2019	2020	2019
Circulante	1.262.638	710.368	886.782	498.446
Não circulante	1.108	548.434	1.108	-
Total	1.263.746	1.258.802	887.890	498.446

6. Títulos e valores mobiliários
a) Política de atuação
Os títulos e valores mobiliários são avaliados, quanto à sua destinação, por ocasião das aquisições e a carteira formada é avaliada a cada balanço semestral. Para os títulos mantidos até o vencimento a Administração declara a intenção e capacidade financeira para manutenção até o vencimento.

b) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por tipo e categoria

	2020		2019	
	Até 90 dias	91 a 360 dias	Total	Valor de mercado
Títulos disponíveis para venda	398.528	611.054	1.009.580	4.800.949
Carteira própria (*)	8.456	58.347	66.803	869.818
Letras Financeiras Tesouro	8.456	58.347	66.803	869.818
Vinculados a operações compromissadas	390.070	281.757	671.827	2.868.031
Letras Financeiras Tesouro	390.070	281.757	671.827	2.868.031
Vinculados a prestação de garantias (**)	-	270.950	270.950	53.520
Letras Financeiras Tesouro	-	270.950	270.950	53.520
Títulos mantidos até o vencimento	83.674	-	83.674	83.674
Carteira própria	83.674	-	83.674	83.674
Cotas - FIDC	83.674	-	83.674	83.674
Total	482.200	611.054	1.093.254	4.884.623

(*) Distribuição de prazos efetuada com base no vencimento nominal sem considerar a característica de elevada liquidez dos títulos públicos.
(**) O saldo contábil inclui R\$ 322.352 no Banco e no Consolidado referente à margem depositada em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos e R\$ 2.118 no Banco e no Consolidado referente a processos judiciais.

	2020		2019	
	Até 90 dias	91 a 360 dias	Total	Valor de mercado
Títulos disponíveis para venda	6.743	3.402.300	3.409.043	13.301.265
Carteira própria (*)	136	616.994	617.130	432.132
Letras Financeiras Tesouro	136	616.994	617.130	432.132
Vinculados a operações compromissadas	6.607	2.758.304	2.764.911	866.071
Letras Financeiras Tesouro	6.607	2.758.304	2.764.911	866.071
Vinculados a prestação de garantias (**)	-	27.002	27.002	2.062
Letras Financeiras Tesouro	-	27.002	27.002	2.062
Títulos mantidos até o vencimento	-	-	-	81.088
Carteira própria	-	-	-	81.088
Cotas - FIDC	-	-	-	81.088
Total	6.743	3.402.300	3.409.043	13.813.353

(*) Distribuição de prazos efetuada com base no vencimento nominal sem considerar a característica de elevada liquidez dos títulos públicos.
(**) O saldo contábil inclui R\$ 25.651 no Banco e Consolidado referente à margem depositada em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos, R\$ 2.973 no Banco e R\$ 13.956 no Consolidado referente a processos judiciais e R\$ 440 no Banco e Consolidado referente outras garantias. Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do BACEN e as cotas de FIDC são custodiadas nas instituições custodiantes nomeadas pelo Administrador dos Fundos.

O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nos preços unitários divulgados pela ANBIMA na data de balanço e o das cotas de fundos de investimento pelo valor da cota na data do balanço divulgado pelo administrador do fundo.

Diante do processo de reestruturação dos negócios do Banco onde, dentre outros resultados, esperava-se o crescimento dos ativos de crédito, bem como a proximidade do vencimento de dívidas subordinadas, em junho de 2019 o Banco reclassificou títulos mantidos até o vencimento no montante de R\$ 1.813.505 para a categoria disponível para venda e, posteriormente, no segundo semestre de 2019, realizou a venda desses títulos registrando lucro de R\$ 171.419.

7. Carteira de instrumentos financeiros derivativos
a) Política de utilização
Em função da Regra de *Paul Volcker*, aplicável ao Grupo CCB globalmente, as operações da carteira *trading* do CCB Brasil estão restritas às operações de derivativos com clientes e devem sempre ter *hedge*. Durante o exercício vigente e com o objetivo de mitigar o risco de mercado que é oriundo dos descasamentos entre os ativos e passivos do Conglomerado, o CCB Brasil realizou a negociação de derivativos tradicionais e não complexos (*plain vanilla*) visando sobretudo atender à necessidade de clientes, sempre com respectivos hedges, como também utilizou deste instrumento para proteção de exposição a taxas de juros da carteira banking.

b) Proteção das Exposições Cambiais
O CCB Brasil efetua operações de Swap, NDF (termo de moeda) e Mercado Futuro para fins de hedge de obrigações com títulos emitidos no exterior e de *funding* em moeda estrangeira recebido. Com isto, há a possibilidade de se proteger do risco de variação da moeda e do cupom cambial que tais transações estão naturalmente sujeitas, e assim, se resguardando de oscilações inesperadas e impactantes por meio de hedge econômico e contábil, quando aplicável.

c) Proteção do Portfólio com Taxas Prefixadas
O CCB Brasil adota a estratégia de adquirir contratos futuros de DI, avaliando o montante alocado por prazo do portfólio de crédito e o montante por vencimento dos contratos futuros de DI. Tendo em vista que o portfólio de crédito, objeto do *hedge*, está distribuído entre as empresas (Banco e Financeira), e por sua vez, os contratos futuros estão todos concentrados no Banco, desta forma, a designação do *fair value hedge* dessa relação foi aplicada apenas no balanço consolidado. A cobertura do *hedge* é monitorada diariamente e avaliada trimestralmente para fins de efetividade e manutenção do *hedge* contábil, e atendendo critérios que consideram a carteira total deduzida dos atrasos e o pré-pagamento. A Tesouraria do Banco avalia a necessidade de compra ou venda de novos contratos futuros de DI para contrabalançar o ajuste a valor de mercado do objeto de *hedge* com o objetivo de garantir uma efetividade do *hedge* no intervalo de 80% a 125% considerando a relação entre a variação à mercado do *layer* protegido, objeto de *hedge* designado e a variação à mercado dos contratos futuros de DI.

d) Gerenciamento de risco
O CCB Brasil opera com instrumentos financeiros derivativos como parte do elenco de produtos oferecidos aos seus clientes e para atender a sua própria necessidade, relacionada com o gerenciamento de riscos de mercado, que decorrem, basicamente, de normais descasamentos entre moedas, taxas de juros, indexadores e prazos de suas operações ativas e passivas.

Os principais fatores de risco dos derivativos assumidos em 31 de dezembro de 2020 eram relacionados à taxa de câmbio, taxa de juros e cupom de dólar que visam maximizar as relações risco e retorno, mesmo em situações de grande volatilidade. O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se das métricas VaR (para a carteira *trading*), EVE e NII (para a carteira *banking*), Rentabilidade e Risco de Liquidez.

e) Critérios de mensuração do valor de mercado
Para a obtenção dos valores de mercado, são adotados os seguintes critérios:

- **Futuros e Termo:** cotações em bolsas, e
- **Swap:** estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas partes descontadas a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nos preços da B3 S.A. - Brasil, Bolsas, Balcão, e/ou nos preços de mercado dos títulos públicos para as operações do Brasil, e nos preços das bolsas internacionais para as operações realizadas no exterior, quando aplicável.

f) Registro dos valores
Os saldos decorrentes dessas operações são registrados em conta de compensação e patrimonial, conforme regra específica do BACEN.

Contabilmente, os instrumentos derivativos são classificados, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082/02 do BACEN e suas atualizações posteriores.

As operações que utilizam instrumentos financeiros, efetuadas por solicitação de clientes, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco até 31 de dezembro de 2020), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Especificamente, para o *Hedge* de valor de Mercado, os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Nível de risco	BANCO		CONSOLIDADO	
	Base de cálculo	% (%)	Base de cálculo	% (%)
AA	3.082.405	31,66	3.184.922	30,10
A	3.862.861	39,68	4.485.503	42,39
B	2.268.573	23,30	2.281.420	21,56
C	94.340	0,97	98.457	0,93
D	1.159	0,01	2.036	0,02
E	5.375	0,06	6.140	0,06
F	9.190	0,09	11.071	0,10
G	41.138	0,42	28.796	0,50
H	371.093	3,81	459.196	4,34
Total	9.736.134	100	10.581.246	100

(*) Percentual da carteira de crédito por rating sobre a carteira total.

e) Níveis de concentração de risco

	CONSOLIDADO	
	2020	2019
Maiores devedor	194.612	1,87
10 Maiores devedores	1.665.243	15,98
100 Maiores devedores	6.644.517	63,74

f) Operações vinculadas a cessão

f1) Cessão de crédito interbancário

Em exercícios anteriores aos apresentados foram realizadas operações de cessão de crédito consignado com a sua controlada, CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos. As referidas cessões estão classificadas na categoria de "operações com retenção substancial de risco e benefícios" e apresentam o saldo de R\$ 50.065 (Dezembro/19 - R\$ 101.332), e o valor registrado como obrigações por operações de crédito vinculadas à cessão é de R\$ 53.657 (Dezembro/19 - R\$ 109.662). A despesa com obrigações vinculadas registrada no exercício foi de R\$ 16.670 (Dezembro/19 - R\$ 29.752), que se encontram na rubrica da Demonstração de Resultado "Outras despesas de intermediação financeira" (nota 31), decorrentes da apropriação "pro rata temporis" pelo prazo de cada contrato cedido. As cessões estão sujeitas à aplicação da Resolução CMN nº 2.682/99, para efeito de classificação de risco de crédito e constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa.

9. Operações de câmbio

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2020	2019	2020	2019
Ativo				
Câmbio comprado a liquidar		1.008.455	1.484.340	
Direitos sobre vendas de câmbio		47.941	11.719	
Rendas a receber de adiantamentos concedidos		21.152	13.462	
Adiantamentos recebidos em moeda nacional		(1.896)	(2.566)	
Total		1.075.652	1.506.955	
Circulante		1.075.652	1.506.955	
Total		1.075.652	1.506.955	
Passivo				
Obrigações por compras de câmbio		936.073	1.484.093	
Adiantamentos sobre contratos de câmbio		(884.923)	(1.477.950)	
Câmbio vendido a liquidar		61.706	11.625	
Total		112.856	17.768	
Circulante		112.856	17.768	
Total		112.856	17.768	

10. Outros instrumentos financeiros - ativo

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2020	2019	2020	2019
Devedores por depósitos em garantia (nota 22.a)	424.305	437.366	430.899	443.444
Rendas a receber	24.250	24.931	14.750	16.410
Títulos e créditos a receber	7.313	9.272	11.647	12.421
Negociação e intermediação de valores	5.340	6.156	5.340	6.156
Total	461.208	477.725	462.636	478.431
Circulante	28.181	31.074	18.682	23.193
Não circulante	433.027	446.651	443.954	455.238
Total	461.208	477.725	462.636	478.431

11. Provisão para perda esperada ao risco de crédito

	BANCO			CONSOLIDADO		
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Saldo inicial	480.808	451.043	469.025	554.735	551.723	539.934
Constituição/reversão de provisão para créditos do exercício	197.106	398.734	120.814	190.088	382.871	212.900
Subtotal	677.914	849.777	589.839	744.823	934.594	752.864
Baixas para prejuízo	(191.011)	(362.874)	(138.796)	(206.660)	(396.431)	(201.141)
Saldo final	486.903	486.903	451.043	538.163	538.163	551.723
Recuperação de créditos baixados	6.945	6.945	31.615	19.159	34.942	51.730
Percentual da provisão sobre carteira	4,91	4,91	4,63	5,16	5,16	5,21
Circulante	225.281	225.281	226.288	258.559	258.559	289.145
Não circulante	261.622	261.622	224.755	279.604	279.604	262.578
Saldo final	486.903	486.903	451.043	538.163	538.163	551.723

Em 31 de dezembro de 2020 a carteira de contratos renegociados apresentou um saldo de R\$ 1.458.542 (Dezembro/19 - R\$ 268.492) no Banco e R\$ 1.654.395 (Dezembro/19 - R\$ 516.695) no Consolidado e um saldo de provisão para os créditos renegociados de R\$ 116.062 (Dezembro/19 - R\$ 231.262) no Banco e R\$ 133.411 (Dezembro/19 - R\$ 253.899) no Consolidado.

12. Ativos não financeiros mantidos para venda

São representados principalmente por bens recebidos em liquidação de operações de crédito.

	BANCO			CONSOLIDADO		
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Imóveis	292.825	348.666	295.465	351.306		
Máquinas e equipamentos	16.808	26.869	17.053	27.114		
Veículos e afins	1.230	1.488	5.542	7.659		
Aeronaves				5.900		
Outros	624	629	624	629		
Subtotal	311.487	377.652	318.684	392.608		
Provisão para redução ao valor recuperável	(142.343)	(149.489)	(146.736)	(157.382)		
Total	169.144	228.163	171.948	235.226		

Ano	Realização dos Créditos Tributários						BANCO	2020
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	Total
Projeto	145.825	65.219	91.178	75.415	192.046	34.723	3.741	362
Projeto	142.966	62.687	85.919	69.671	173.942	30.833	3.257	309
Presente (*)	15,3%	6,9%	9,6%	7,9%	20,2%	3,7%	0,4%	0,0%

(*) Calculado com base na taxa Selic projetada.

Ano	Realização dos Créditos Tributários						BANCO	2019
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Projeto	59.475	145.720	163.931	176.905	96.534	48.639	53.792	67.906
Projeto	56.778	132.804	142.626	146.935	76.545	36.818	38.872	41.363
Presente (*)	4,9%	11,9%	13,4%	14,5%	7,9%	4,0%	4,4%	5,6%

(*) Calculado com base na taxa Selic projetada.

Ano	Realização dos Créditos Tributários						CONSOLIDADO	2019
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	Total
Projeto	157.028	76.969	101.850	76.937	194.416	35.369	3.771	392
Projeto	153.949	73.980	95.976	71.078	176.089	31.407	3.283	355
Presente (*)	15,7%	7,7%	10,2%	7,7%	19,5%	3,5%	0,4%	0,0%

(*) Calculado com base na taxa Selic projetada.

Ano	Realização dos Créditos Tributários						CONSOLIDADO	2019
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Projeto	86.582	168.584	176.533	179.194	100.501	52.416	59.152	67.450
Projeto	82.656	153.641	153.590	148.836	79.690	39.677	42.745	46.532
Presente (*)	6,6%	12,8%	13,4%	13,6%	7,6%	4,0%	4,5%	5,1%

(*) Calculado com base na taxa Selic projetada.

Além da expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, a Resolução CMN nº 3.059/02, estabelece que o registro contábil de crédito tributário só pode ser efetuado na condição em que o Banco apresente histórico de lucros tributários para fins de imposto de renda e contribuição social, comprovado pela ocorrência dessa situação em pelo menos três, dos últimos cinco exercícios sociais. O Banco apresentou prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social nos exercícios sociais de 2016, 2017 e 2018.

A Administração apresentou ao Banco Central do Brasil novo estudo técnico para realização de créditos tributários, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 3.059/02 alterada pela Resolução CMN nº 4.441/15 e Circular nº 3.776/15 do BACEN, requerendo a aprovação da manutenção do saldo de créditos tributários, para os quais o Banco possui a expectativa de realização em até 10 anos, que resultou na aprovação da manutenção do saldo de créditos tributários registrados em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, o Banco possui créditos tributários não ativados decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social, no valor total de R\$ 1.084.845 (Dezembro/19 - R\$ 773.991), R\$ 1.110.817 no Consolidado (Dezembro/19 - R\$ 773.991), no lado de créditos tributários oriundos de diferenças temporárias e contingências fiscais no montante de R\$ 123.799 no Banco e Consolidado, para os quais não há expectativa de realização no prazo previsto pela Resolução CMN nº 3.059/02 de até 10 anos.

b) Crédito presumido
Diante do elevado estoque de diferenças temporárias decorrentes de perdas de crédito ocorridas a partir de 2014, o Banco optou por apurar Crédito Presumido no montante de R\$ 380.662, segundo critérios estabelecidos pela Lei nº 12.838/13 e Circular nº 3.624/13 do BACEN, que requerem a apuração de prejuízo fiscal e créditos decorrentes de diferenças temporárias oriundos de provisões para crédito de liquidação duvidosa, apurados e existentes no ano-calendário anterior.

Ainda conforme a Lei nº 12.838/13 a Receita Federal poderá verificar a exatidão dos créditos presumidos apurados pelo prazo de cinco anos, contado da data do pedido de ressarcimento, que poderá ser em espécie ou em títulos da dívida pública mobiliária federal, podendo haver dedução de valores de natureza tributária ou não tributária devidos à Fazenda Nacional.

Durante o exercício de 2020 o Banco recuperou R\$ 317 (Dezembro/19 - R\$ 830), decorrentes de operações de crédito integrantes da base de cálculo do crédito presumido, cujos tributos diferidos, no montante de R\$ 143 (Dezembro/19 - R\$ 9.459), foram registrados em Impostos diferidos, dado que estes valores serão tributados por ocasião do ressarcimento do crédito pela Fazenda Nacional.

A Administração entende que, dado ao cenário macroeconômico e a expectativa de geração de resultados tributáveis futuros pelo CCB Brasil, a opção pelo Crédito Presumido representa a melhor alternativa para reduzir o tempo de realização das diferenças temporárias oriundas de provisões para créditos de liquidação duvidosa.

	2020		2019	
	380.662	380.662	(82.139)	(82.139)
Crédito Presumido Constituído				
Passivo Fiscal Diferido				

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2019	2020	2019	2020
Imposto de Renda				
Empréstimos vinculados (Resolução nº 2.921)	112.373	–	(33.783)	78.590
Atualização monetária de depósitos judiciais	19.048	–	1.830	20.878
Ajuste positivo do MTM dos títulos públicos e derivativos	2.692	(112)	(447)	2.133
Hedge Accounting	–	–	–	18.805
Superveniência de Depreciação	–	–	–	4.779
Subtotal Imposto de Renda	134.113	(112)	(32.400)	101.601
Contribuição Social				
Empréstimos vinculados (Resolução nº 2.921)	89.898	–	(27.026)	62.872
Atualização monetária de depósitos judiciais	15.239	–	1.464	16.703
Ajuste positivo do MTM dos títulos públicos e derivativos	2.132	(65)	(360)	1.707
Hedge Accounting	–	–	–	15.044
Subtotal Contribuição Social	107.269	(65)	(25.922)	81.282
Total Impostos diferidos	241.382	(177)	(58.322)	182.883
Crédito presumido - Lei nº 12.838/13	82.139	–	143	82.282
Total	323.521	(177)	(58.179)	265.165

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2018	2019	2018	2019
Imposto de Renda				
Empréstimos vinculados (Resolução nº 2.921)	99.648	–	12.725	112.373
Atualização monetária de depósitos judiciais	15.685	–	3.363	19.048
Ajuste positivo do MTM dos títulos públicos e derivativos	7.234	111	(4.653)	2.692
Hedge Accounting	–	–	–	25.611
Superveniência de Depreciação	–	–	–	2.982
Subtotal Imposto de Renda	122.567	111	11.435	134.113
Contribuição Social				
Empréstimos vinculados (Resolução nº 2.921)	59.788	–	30.110	89.898
Atualização monetária de depósitos judiciais	9.411	–	5.828	15.239
Ajuste positivo do MTM dos títulos públicos e derivativos	4.341	66	(2.275)	2.132
Hedge Accounting	–	–	–	20.489
Subtotal Contribuição Social	73.540	66	33.663	107.269
Total Impostos diferidos	196.107	177	45.098	241.382
Crédito presumido - Lei nº 12.838/13	78.982	–	3.157	82.139
Total	275.089	177	48.255	323.521

13. Participações societárias
As principais informações das sociedades controladas diretas e em conjunto pelo Banco são assim demonstradas:

Nome da empresa	Número ações possuídas	% participação	2020		2019	
			Patrimônio líquido	Lucro/Resultado de equivalência patrimonial	Patrimônio líquido	Lucro/Resultado de equivalência patrimonial
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A.	180.920.168	100%	267.243	3.888	3.888	267.243
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	14.223.228	100%	21.068	237	237	21.068
CCB Brasil Informática S.A.	50.000	100%	780	2	2	780
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	3.670.000	100%	7.985	(1.205)	(1.205)	7.985
CCB Brasil S.A. - CFI (*)	116.405.774	100%	37.634	16.014	16.014	37.634
Subtotal			(230			

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Em milhares de reais, exceto quando indicado

90 dias compreendido entre 07/03/96 e 07/06/96, em observância aos princípios da "irretroatividade" e da "anterioridade nonagesimal", bem como assegurar o direito de calcular e recolher a partir de 07/06/96 a contribuição ao PIS sobre a receita bruta operacional, entendida como aquela decorrente exclusivamente da prestação de serviços e venda de bens, tal como definida no artigo 14 da Lei nº 4.506/64, no artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.587/77 e no artigo 226 do Decreto nº 1.041/94, pois transitou em julgado decisão desfavorável e com a respectiva conversão em renda da União do depósito judicial.

ISS - Serviços Tributados - Taxatividade da Lista de Serviços Anexa à LC nº 56/87 - valor envolvido R\$ 1.315 (Dezembro/19 - R\$ 1.336) no Banco e Consolidado; pleiteia a desconstituição de lançamento de débito de ISS incidente sobre supostas receitas de prestação de serviços tributáveis, não previstas expressamente na lista de serviços anexa à LC nº 56/87, ao fundamento da lista ser exemplificativa, em desacordo com jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, ante o seu caráter taxativo. O valor envolvido foi depositado em juízo.

INSS - Participação nos Lucros dos Administradores - valor envolvido R\$ 59.182 (Dezembro/19 - R\$ -) no Banco e Consolidado; pleiteia a desconstituição de suposto débito de INSS, incidente sobre a participação nos lucros dos administradores, relativo aos períodos-base de 2009 a 2011, lançados através de Auto de Infração, em virtude de não incidir essa contribuição sobre participação nos lucros, nos termos do artigo 7º, XI, da Constituição Federal e artigo 28, § 9º, da Lei nº 8.212/91. O valor envolvido foi depositado em juízo.

Movimentação das provisões classificadas como perda provável e obrigações legais BANCO CONSOLIDADO

Descrição	2019		2020		2019		2020	
	Adição	Rever-são	Adição	Rever-são	Adição	Rever-são	Adição	Rever-são
Cíveis (*)	224.360	41.372	(74.774)	9.575	(12.608)	187.925	200.183	
Trabalhistas	80.133	36.021	(654)	-(6.898)	108.602	118.419		
Subtotal	304.493	77.393	(75.428)	9.575	(19.506)	296.527	318.602	

Fiscais e previdenciárias BANCO CONSOLIDADO

Descrição	2019		2020		2019		2020	
	Adição	Rever-são	Adição	Rever-são	Adição	Rever-são	Adição	Rever-são
PIS - Receita Bruta Operacional - EC nº 10/96	18.925	-	-	307	(19.232)	-	-	
PIS - Alargamento da Base de Cálculo - Lei nº 9.718/98	87.676	-	-	1.362	-	89.308	89.876	
IRPJ/CSLL PDD 1994	-	-	26.625	-	144	-	26.769	
COFINS - Alargamento da Base de Cálculo - Lei nº 9.718/98	539.911	-	-	8.388	-	548.299	565.915	
ISS - Serviços Não Tributados - LC nº 56/87	1.336	-	(21)	47	(47)	1.315	1.315	
INSS Administradores - Exercícios 2009 a 2011	-	-	-	-	-	59.182	59.182	
Subtotal	647.848	85.807	(21)	10.248	(19.279)	724.603	743.057	
Total	952.341	163.200	(75.449)	19.823	(38.785)	1.021.130	1.061.659	

(*) Durante o primeiro semestre de 2020, o Banco reverteu provisão para contingência relacionada a garantia prestada no montante de R\$ 68.314, que devido a decisão desfavorável, e consequentemente pagamento, foi reclassificada para carteira de crédito como garantia honrada, totalmente provisionada segundo critérios estabelecidos pela Resolução 2.682 (nota 8a).

Para as contingências acima descritas o CCB Brasil depositou em garantia (nota 10 - Outros instrumentos financeiros - Ativo), um total de R\$ 422.473 no Banco sendo R\$ 98.941 - processos cíveis, R\$ 20.687 - processos trabalhistas e R\$ 302.845 - processos fiscais e um total de R\$ 428.915 no Consolidado, sendo R\$ 108.368 - processos cíveis, R\$ 22.365 - processos trabalhistas e R\$ 307.392 - processos fiscais.

Fiscais e previdenciárias BANCO CONSOLIDADO

Descrição	2018		2019		2018		2019	
	Adição	Reversão	Adição	Reversão	Adição	Reversão	Adição	Reversão
Cíveis	152.028	83.928	(7.779)	5.943	(9.760)	224.360	235.513	
Trabalhistas	54.991	6.470	(3.611)	26.974	(4.691)	80.133	86.757	
Subtotal	207.019	90.398	(11.390)	32.917	(14.451)	304.493	322.270	

Fiscais e previdenciárias BANCO CONSOLIDADO

Descrição	2018		2019		2018		2019	
	Adição	Reversão	Adição	Reversão	Adição	Reversão	Adição	Reversão
PIS - Receita Bruta Operacional - EC nº 10/96	18.275	-	-	650	-	18.925	18.925	
PIS - Alargamento da Base de Cálculo - Lei nº 9.718/98	84.928	-	-	2.748	-	87.676	88.503	
COFINS - Alargamento da Base de Cálculo - Lei nº 9.718/98	522.987	-	-	16.924	-	539.911	557.244	
ISS - Serviços Não Tributados - LC nº 56/87	1.272	-	-	64	-	1.336	1.336	
Subtotal	627.462	-	-	20.386	-	647.848	666.008	
Total	834.481	90.398	(11.390)	53.303	(14.451)	952.341	988.278	

Para as contingências acima descritas o CCB Brasil depositou em garantia (nota 10 - Outros instrumentos financeiros - Ativo) um total de R\$ 437.366 no Banco sendo R\$ 108.887 - processos cíveis, R\$ 19.768 - processos trabalhistas e R\$ 308.731 - processos fiscais e um total de R\$ 443.444 no Consolidado, sendo R\$ 109.056 - processos cíveis, R\$ 22.775 - processos trabalhistas e R\$ 311.613 - processos fiscais.

b) Processos classificados como perda possível

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pelo CCB Brasil e estão baseados em pareceres dos consultores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, segundo as normas vigentes, não estão reconhecidas contabilmente as possíveis perdas, sendo compostas principalmente pelas seguintes questões:

Processos fiscais e previdenciários

ISS - Serviços Tributados - Taxatividade da Lista de Serviços Anexa à LC nº 56/87 - valor envolvido R\$ 24.085 (Dezembro/19 - R\$ 23.094) no Banco e Consolidado; pleiteia a desconstituição de lançamento de débito de ISS incidente sobre supostas receitas de prestação de serviços tributáveis, não previstas expressamente na lista de serviços anexa à LC nº 56/87, ao fundamento da lista ser exemplificativa, em desacordo com jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, ante o seu caráter taxativo. O valor envolvido foi depositado em juízo.

IRF sobre Remessa de Juros ao Exterior - valor envolvido R\$ 14.440 (Dezembro/19 - R\$ 14.229); pleiteia compensar os valores indevidamente retidos a título de imposto de renda na fonte sobre remessas de juros ao exterior, com o mesmo imposto de renda das pessoas jurídicas, nos termos do artigo 39 da Lei nº 9.250/96, afastando as restrições contidas nas Cartas-Circulares nº 2.269/92 e nº 2.372/93 e Comunicado nº 2.747/92, que condicionavam a aplicação de alíquota zero do imposto de renda à observância de prazos mínimos de amortização, por flagrante violação ao princípio da legalidade. O valor envolvido foi depositado em juízo.

IRPJ/2008 - valor envolvido R\$ 20.461 (Dezembro/19 - R\$ 20.071) no Banco e Consolidado; aguardando homologação da adesão ao parcelamento da Lei nº 12.996/14 (REFIS da COPA), cuja análise do RJA - Requerimento de Quitação Antecipada (artigo 33 da Lei nº 13.043/14) está suspensa aguardando o julgamento das glosas dos prejuízos fiscais e de base negativa da CSLL dos anos de 2012 e 2014 (vide IRPJ/CSLL).

INSS - Participação nos Lucros dos Administradores - valor envolvido R\$ 68.248 (Dezembro/19 - R\$ 64.376) no Banco e Consolidado; pleiteia a desconstituição de lançamento de suposto débito de INSS, relativo aos períodos-base de 2006 a 2008 e 2012, lançados através de Auto de Infração, primeiro pelo fato de já ter operado a decadência em relação aos débitos relativos aos fatos geradores ocorridos até 10 de outubro de 2006, segundo porque não incide INSS sobre participação nos lucros, nos termos do artigo 7º, XI, da Constituição Federal e artigo 28, § 9º, da Lei nº 8.212/91. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo no Banco e Consolidado R\$ 39.425 (Dezembro/19 - R\$ 90.048).

IRPJ/CSLL - valor envolvido R\$ 168.154 (Dezembro/19 - R\$ 168.154) no Banco e Consolidado; pleiteia a desconstituição de débito de IRPJ/CSLL, relativo ao período base de 2012 e 2014, lançado por auto de infração, decorrente de glosa da dedutibilidade de perdas com créditos, por suposto descumprimento dos procedimentos previstos na Lei nº 9.430/96.

Imposto de Operações Financeiras (IOF) e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) - valor envolvido R\$ 1.515 (Dezembro/19 - R\$ 1.485) no Banco e Consolidado; CCB Brasil como responsável pela operação de câmbio e desconstituição de lançamento de suposto débito de IRRF/IOF sobre sete operações de câmbio para remessas de divisas ao exterior.

IOF sobre Cessão de Crédito - valor envolvido R\$ 2.627 (Dezembro/19 - R\$ 2.578) no Banco e Consolidado; pleiteia a desconstituição de lançamento de débito do IOF sobre suposta incidência nos contratos de cessão de crédito com coobrigação, relativo ao período de 03/2014 a 12/2014, por suposto descumprimento do Decreto nº 6.306/07.

Compensação Não Homologada - valor envolvido R\$ 4.198 no Banco (Dezembro/19 - R\$ 4.117) e R\$ 4.918 no Consolidado (Dezembro/19 - R\$ 4.388); pleiteia na esfera administrativa com a RFB a homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido.

Processos trabalhistas

No Conglomerado existem processos, que estão classificadas como risco possível, e para esses casos, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor de indenização desses processos em caso de perda é da ordem de R\$ 24.017 (Dezembro/19 - R\$ 9.204) no Banco e de R\$ 27.705 (Dezembro/19 - R\$ 12.019) no Consolidado. As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensões trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, adicional de transferência e outros.

Processos cíveis

O Conglomerado possui processos, os quais estão classificados como risco possível, e assim sendo, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor possível de indenização desses processos é de R\$ 232.996 (Dezembro/19 - R\$ 205.906) no Banco e R\$ 272.098 (Dezembro/19 - R\$ 229.628) no Consolidado. As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível.

23. Avas e fianças

Descrição	2020		2019	
	Valores Garantidos	Provisões	Valores Garantidos	Provisões
Avas ou fianças em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	747.482	24.699	768.907	12.657
Fianças pagamentos	435.323	339	503.970	337
Fianças performance	28.188	98	103.184	107
Fianças bancárias	29.674	66.006	29.674	66.006
Outras fianças	12.116	-	27.773	-
Total	1.265.509	25.136	1.446.935	13.101
Não circulante	1.265.509	25.136	1.446.935	13.101
Total	1.265.509	25.136	1.446.935	13.101

As responsabilidades por avais e fianças honradas representam o montante de R\$ - (Dezembro/19 - R\$ 16.789) e estão classificadas na carteira de crédito de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99 (nota 8.a).

24. Outras obrigações

Descrição	2020		2019	
	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado
Cretores diversos - país	41.985	41.990	44.785	63.945
Sociais e estatutárias	14.306	27.354	15.204	27.354
Relações interdependências	19.674	66.006	29.674	66.006
Resultados de exercícios futuros	13.622	20.600	13.622	20.600
Valores a pagar a sociedades ligadas	6	-	-	-
Total	99.593	155.950	103.285	177.905
Circulante	85.971	135.350	89.663	157.305
Não Circulante	13.622	20.600	13.622	20.600
Total	99.593	155.950	103.285	177.905

25. Patrimônio líquido

O quadro de acionistas do CCB Brasil é o seguinte:

a) Capital Social

Acionista	2020		2019	
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
CCB Brazil				
Financial Holding				
Investimentos	297.223.908	168.407.558	465.631.466	297.223.908
Total de ações	297.223.908	168.407.558	465.631.466	297.223.908
Total em Reais	1.887.438	1.069.426	2.956.864	1.887.438

b) Ações em tesouraria

A quantidade de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2020 corresponde a 6.398.518 (Dezembro/19 - 6.398.518) ações preferenciais no montante de R\$ 55.105 (Dezembro/19 - R\$ 55.105).

c) Dividendos e Juros sobre capital próprio

Conforme estatuto é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, nos termos da legislação societária aplicável.

d) Reservas

O prejuízo acumulado fundamentado a não constituição de reservas de lucros.

26. Partes relacionadas

a) Partes relacionadas

O Banco e suas empresas controladas diretas mantêm transações entre si, as quais foram eliminadas no consolidado.

Os saldos de operações do Banco com controladas direta, indireta, controlada em conjunto, pessoal chave da Administração e controlador podem ser observados conforme abaixo:

Disponibilidades em moedas estrangeiras	2020		2019	
	Ativos (passivos)	Recultas (despesas)	Ativos (passivos)	Recultas (despesas)
China Construction Bank Corporation (d)	30.418	16.890	-	-

Aplicações interfinanceiras de liquidez em

Depósitos interfinanceiros - CD	2020		2019	
	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado
CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	375.856	760.356	29.121	83.696
CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	83.674	81.088	2.586	3.880
FIDC Brasifactors S.A. (f)	83.674	81.088	2.586	3.880
Total	99.593	155.950	103.285	177.905

Valores a receber sociedade ligadas

CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	2020		2019	
	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado
CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	1	-	-	-
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a)	43	-	-	-
Total	44	-	-	-

Outras obrigações - Rendas a Receber

CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a)	2020		2019	
	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a)	9.480	8.500	-	-
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a)	9.424	8.500	-	-
Total	(2.186)	(1.673)	-	-

Depósitos à vista

CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a)	2020		2019	
	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a)	(42)	(42)	-	-
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a)	(82)	(120)	-	-
CCB Brasil Informática S.A. (a)	(2)	(2)	-	-
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (a)	(182)	(161)	-	-
CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	(1.464)	(851)	-	-
CCB Brasil Promotora de Vendas Ltda. (b)	(1)	-	-	-
Brasifactors S.A. (f)	(1)	(1)	-	-

	Ativos (passivos)		Recultas (despesas)	
	2020	2019	2020	2019
CCB Brazil Financial Holding Ltda. (e)	(107)	(169)	-	-
Pessoal-chave da Administração (c)	(305)	(327)	-	-
Depósitos interfinanceiros	(213.625)	(229.954)	(3.293)	(11.604)
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a)	(21.246)	(21.003)	(566)	(1.211)
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a)	(192.379)	(208.951)	(2.727)	(10.393)
Depósitos a prazo	(93.947)	(209.218)	(5.023)	(10.921)
CCB Brasil Informática S.A. (a)	(738)	(748)	(22)	(43)
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (a)	(1.684)	(386)	(75)	(155)
CCB Brasil Promotora de Vendas Ltda. (b)	(1.647)	(1.653)	(45)	(94)
Brasifactors S.A. (f)	(4.543)	(219)	(64)	(9)
FIDC Brasifactors (b)	(6.180)	(10.669)	(807)	(475)
CCB Brazil Financial Holding Ltda. (e)	(77.011)	(195.222)	(4.002)	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Em milhares de reais, exceto quando indicado

	Carteira Banking - premissas para fatores de risco		
	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
	deslocamento paralelo de +1.000 basis points	deslocamento paralelo de +2.500 basis points	deslocamento paralelo de +5.000 basis points
Curva de Juros (Pré)			
	deslocamento paralelo de +1.000 basis points	deslocamento paralelo de +2.500 basis points	deslocamento paralelo de +5.000 basis points
Curva de Cupom Cambial			
Dólar à Vista	aumento de 10%	aumento de 25%	aumento de 50%
B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão	queda de 10%	queda de 25%	queda de 50%
Inflação	queda de 10%	queda de 25%	queda de 50%

	Carteira Banking - resultados para os fatores de risco em 2020		
	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Dólar e Cupom de Dólar	(133.306.573)	(333.085.553)	(532.650.425)
Taxa Prefixada em Reais	(29.756.012)	(72.501.871)	(138.939.490)
Inflação	(3.000)	(7.477)	(14.881)
Perda Total	(163.065.585)	(405.594.901)	(671.604.796)

	Carteira Trading - resultados para os fatores de risco em 2020		
	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Dólar e Cupom de Dólar	(49.307)	(132.187)	(294.186)
Taxa Prefixada em Reais	(16.616.900)	(41.525.826)	(82.996.737)
Perda Total	(16.666.207)	(41.658.013)	(83.290.923)

Os fatores de riscos apresentados são os seguintes:
- Cupom de US\$ - Inclui todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações do dólar norte-americano e da taxa de juros em dólares.
- Taxa pré-fixada em real - Inclui todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações da taxa de juros denominada em Real.
- Ações e índices - Compreende as ações e os índices de bolsas, ações e opções atrelados a índices de ações.
- Inflação - Refere-se a todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações de cupons de inflação e índices de inflação.
O Quadro de Análise de Sensibilidade tem limitações e o impacto econômico em uma eventual oscilação de taxa de juros poderá não representar necessariamente um lucro ou prejuízo contábil material para a instituição. A combinação específica de preços que determina cada cenário é uma decisão arbitrária, embora possível. Os sinais das correlações históricas entre os ativos não foram necessariamente respeitados, e tampouco os cenários escolhidos foram observados no passado. A contabilização dos instrumentos da carteira "Banking", em sua grande maioria, é efetuada pela curva contratada, que difere dos instrumentos financeiros derivativos da carteira "Trading" que sofrem oscilações no respectivo registro contábil em razão da marcação a mercado.
Os resultados apresentados no quadro referente a carteira banking podem, à primeira vista, dar a impressão de alta sensibilidade à volatilidade. Para uma melhor análise de resultados obtidos nessa carteira, o quadro gerencial abaixo – que inclui derivativos, ativos e outros – aponta os descasamentos das operações da Instituição. Nele se verifica que há um descasamento substancial das posições pré-fixadas, que dariam um impacto negativo nos resultados, caso houvesse aumento das taxas de juros. Todavia, o quadro de sensibilidade apresentado não considera correlações entre os diferentes fatores de risco. Isso significa que a análise desconsidera a correlação entre os fatores pré e CDI, ou seja, as perdas das taxas pré-fixadas não são compensadas pelos ganhos em CDI.
Da mesma forma, no quadro de sensibilidade, as taxas de juros e o câmbio foram considerados não correlacionados. As limitações da análise de cenários envolvem também a marcação a mercado de todas as posições o que contraz a determinação da Instituição em levar as operações (especialmente as de captação em moeda estrangeira) até o vencimento, o que pode induzir o leitor a erro ao julgar que as perdas apresentadas nos cenários se materializarão, mesmo que se verifiquem as oscilações previstas nos fatores de risco.

Gestão de Capital
A gestão de risco e suficiência de Capital do CCB Brasil adota, dentre outros, elementos básicos de análise, como o entendimento e identificação dos riscos inerentes às suas atividades consubstanciadas em política de gestão de Capital e Liquidez, avaliação da necessidade de capital para os riscos mais relevantes; desenvolvimento de metodologias para quantificação de capital adicional; plano de Capital e Contingência, e Orçamento estratégico. É realizado por meio de métricas quantitativas que incluem modelos e recomendações do Banco Central do Brasil, sob perspectivas e conceitos de Basileia III. O acompanhamento e monitoramento deste gerenciamento é contínuo pelo Comitê de Riscos, avaliado pelo Conselho de Administração no Brasil, pela Matriz (Head Office) e regularmente reportado ao BACEN. Este arcabouço está embasado nas diretrizes impostas pela Resolução CMN nº 4.557/17, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de Riscos e de Capital e a política de

divulgação de informações. Destacam-se na resolução a obrigatoriedade de criação nos bancos de uma estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos, a definição de uma Declaração de Apetite a Riscos, conhecida por RAS ("Risk Appetite Statement"), de programas de testes de estresse, a da constituição do Comitê de Riscos, dentre outras. Dentre as medidas adotadas para enfrentamento da crise trazida pela pandemia da Covid-19 em 2020, e a fim de proporcionar maior estabilidade para o sistema financeiro nacional, o Bacen lançou uma série de ações contingenciais, tais como a redução de adicional de recolhimento sobre depósitos compulsórios, a dispensa de provisionamento para operações de crédito renegociadas, a opção de captação de recursos pelas Instituições Financeiras por meio dos depósitos a prazo com garantias especiais "NDPGE", dentre outras. Neste sentido, a Resolução CMN nº 4.783/20 estabeleceu a redução da alíquota do adicional de conservação de capital principal (ACPC) de 2,5% para 1,25% pelo período de um ano, com revisão gradual até março 2022 também com objetivo de melhorar a capacidade das Instituições de alavancar ativos e empréstimos.

Requerimentos Bacen
Índice de Capital Principal 5,75% Valido em 2020 7,0% Valido em 2019
Índice de Capital de Nível 1 7,25% 8,5%
Índice de Basileia (PR total) 9,25% 10,5%
A Razão de Alavancagem (RA) é definida como a razão entre Capital de Nível I e Exposição Total, calculada nos termos da Circular BACEN nº 3.748. Trata-se de uma medida simples de alavancagem não sensível a risco e não leva em consideração os Fatores de Ponderação de Risco (FPR) ou mitigações consideradas no RWA. Não é requerido para bancos do Grupo S3, mas é apurado para fins de monitoramento de RAS e se constitui num bom indicador da relação capital X ativos de uma instituição.
As tabelas apresentadas a seguir exibem os principais indicadores de capital apurados em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 e os estabelecidos em Política de RAS para 2020 - com revisão prevista para um ano ou a qualquer momento em que a circunstância requiera.
Observa-se que os índices de capitalização e alavancagem atendem em patamar de conforto a todos os requerimentos mínimos, apresentando espaço para crescimento de ativos em 2020.

	2020	2019
Em R\$ Mil		
Capital Nível 1	1.422.085	1.449.867
- Capital Principal	1.058.316	1.167.718
- Perpetual Bonds	363.769	282.149
Capital Nível 2	423.302	410.406
Patrimônio de Referência	1.845.387	1.860.273
- RWACpad	10.453.127	10.971.819
- RWAMPad	152.154	177.335
- RWAOpad	1.447.455	1.292.803
Total RWA	12.052.736	12.441.957
- IRRBB	184.713	241.597
Índices		
Capital Principal	8,78%	9,39%
Nível 1	11,80%	11,65%
Índice de Basileia	15,31%	14,95%
IB para RWA + IRRBB	12,85%	12,03%

O artigo 13 da Resolução CMN nº 4.193/20 determina que as instituições devam manter Capital suficiente para a cobertura do risco de variação das taxas de juros da carteira bancária (IRRBB), tratando-o porém como um requerimento adicional de capital, sem inclui-lo na definição de RWA (artigo 3º da Resolução CMN nº 4.193/20). No CCB Brasil, o limite para IRRBB é definido em R\$ na declaração de apetite a Riscos e tem representado em média 3 pontos no indicador de capitalização, como demonstrado no quadro anterior.

42. Resultados recorrentes e não recorrentes
Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/20, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do CCB Brasil e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Podendo ser assim demonstrados:

	2020		Banco 2019	
	Resultado recorrente	Resultado não recorrente	Resultado recorrente	Resultado não recorrente
Resultado Bruto da Intermediação Financeira antes da perda esperada ao risco de crédito (a)	456.790	-	318.816	171.413
Provisão para perda esperada ao risco de crédito	(398.734)	-	(120.814)	-
Resultado Líquido da Intermediação Financeira	58.056	-	198.002	171.413
Outras Receitas (Despesas) Operacionais (b)	(249.280)	89.870	(467.549)	-
Resultado Operacional	(391.224)	89.870	(269.547)	171.413
Resultado não Operacional	(37.811)	-	6.392	-

DIRETORIA	
Diretor/Diretores	Liping Shang (Diretor Presidente) Yongdong Jiang (Diretor Vice-Presidente) Zhiqiang Zhu (Diretor Vice-Presidente)
Diretores:	Carlos José Roque (Diretor) Claudio Augusto Rotolo (Diretor)

Contador - Fábio José Mazzetto Said - CRC 1SP264988/O-8

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Semestre e Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020

O Comitê de Auditoria do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. - CCB, instituído em atendimento à regulamentação do Banco Central do Brasil - BACEN e ao estatuto social da Instituição, é composto por três membros independentes, dois dos quais também membros do Conselho de Administração. Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas: (i) ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis do CCB e de suas controladas; (ii) à qualidade e eficácia do sistema de controles internos e de administração de riscos; e (iii) à indicação e avaliação da efetividade da Auditoria Independente. O Comitê atua como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento do Conselho de Administração, sem poder decisório ou funções executivas.

O Comitê de Auditoria analisou a qualidade das demonstrações contábeis individuais e consolidadas (incluindo o consolidado prudencial) relativas ao semestre e ao ano encerrados em 31 de dezembro de 2020, com foco na aplicação das práticas contábeis adotadas pelo mercado e no cumprimento de normas editadas pelo BACEN. O Comitê avaliou as recomendações propostas pelas Auditorias Interna e Independente, discutindo com a Administração as providências com vistas aos respectivos atendimentos. O Comitê, com base nas informações e relatórios recebidos das áreas de controles internos e riscos, nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios da Auditoria Independente, concluiu que não foram apontadas falhas no cumprimento da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da Instituição. A Administração é responsável pela definição e implementação de sistemas de informações que produzam as demonstrações contábeis da Instituição, em observância à legislação societária, práticas contábeis, e normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN. A Administração também é responsável pela definição e implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que assegurem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a identificação, quantificação e mitigação, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco da Instituição.

Com relação aos trabalhos da Auditoria Interna, o Comitê revisou o planejamento e os trabalhos realizados, bem como os relatórios produzidos, verificando e acompanhando as recomendações, especialmente nas áreas de crédito, riscos e controles internos, além de demandas específicas durante o período. O Comitê entendeu que a cobertura e qualidade dos trabalhos da Auditoria Interna ao longo do período foram realizadas com qualidade adequada e com independência.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
China Construction Bank (Brasil)
Banco Múltiplo S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis individuais do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. e China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria
Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco e do Consolidado não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os principais assuntos de auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados com o exercício anterior.

Porque é um PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisão para perda esperada ao risco de crédito (Notas 3(f), 8 e 11) - Banco e Consolidado
A determinação do valor da provisão para perda esperada ao risco de crédito é uma área que requer julgamentos e utilização de um conjunto de considerações por parte da Administração, relacionados à concessão de crédito e a Nesse processo, as operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco, levando em consideração várias premissas e fatores, incluindo a situação financeira da contraparte, os níveis de inadimplência, realização de garantias, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e alterações posteriores do BACEN. Tendo em vista esses aspectos, bem como a relevância dos montantes envolvidos, essa é uma área de estimativa crítica contábil e foi definida como foco em nossa auditoria.

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, a atualização do nosso entendimento e a execução de testes de controles relevantes de considerações por parte da Administração, relacionados à concessão de crédito e a Nesse processo, as operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco, levando em consideração várias premissas e fatores, incluindo a situação financeira da contraparte, os níveis de inadimplência, realização de garantias, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e alterações posteriores do BACEN. Tendo em vista esses aspectos, bem como a relevância dos montantes envolvidos, essa é uma área de estimativa crítica contábil e foi definida como foco em nossa auditoria.

Créditos tributários (Notas 3(j), 3(m) e 14(a)) - Banco e Consolidado

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. e suas controladas possuem ativos decorrentes de créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre lucro líquido, cujo registro é suportado por estudo de projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. A projeção de lucro tributário envolve julgamentos e premissas de natureza subjetiva estabelecidas pela Administração com base em estudo do cenário atual e futuro, conforme requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil. Durante o exercício de 2020 foi realizada a baixa dos créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias para os quais não há expectativa de realização, conforme previsto pela Resolução CMN nº 3.059. Considerando que a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos previstos para realização dos créditos tributários, com consequente impacto contábil, essa é uma área de estimativa crítica e foi definida como foco em nossa auditoria.

Ambiente de tecnologia da informação
O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. e suas controladas são dependentes da sua estrutura de tecnologia para a gestão e geração de informações utilizadas no processamento de suas operações e consequente elaboração das demonstrações contábeis. Assim, a não adequação da estrutura de tecnologia e dos respectivos controles gerais poderia ocasionar o processamento incorreto de informações críticas para a tomada de decisões ou das próprias operações. Dessa forma, o ambiente de tecnologia da informação foi considerado uma área de foco em nossos trabalhos de auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor
A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

	2020		Banco 2019	
	Resultado recorrente	Resultado não recorrente	Resultado recorrente	Resultado não recorrente
Resultado Antes da Tributação	(329.035)	89.870	(263.155)	171.413
Imposto de renda e contribuição social	(5.888)	-	(12.275)	-
Impostos diferidos (c)	(215.444)	-	(38.435)	140.799
Prejuízo do Período	(550.367)	89.870	(313.865)	312.212

(a) Refere-se a resultado na venda de títulos e valores mobiliários mensurados ao custo corrigido até 31 de dezembro de 2018, dado a intenção da Administração, naquela ocasião, de mantê-los até o vencimento (Nota 6b).
(b) Em 2020, refere-se a reembolso de juros pagos indevidamente decorrente de dívida perpétua no Banco e Consolidado (Nota 18).
(c) Em 2019, refere-se a diferencial de alíquota de contribuição social estabelecida pela Emenda Constitucional nº 103/19.

	2020		Consolidado 2019	
	Resultado recorrente	Resultado não recorrente	Resultado recorrente	Resultado não recorrente

Resultado Bruto da Intermediação Financeira antes da perda esperada ao risco de crédito (a)	543.481	-	456.688	171.413
Provisão para perda esperada ao risco de crédito	(382.871)	-	(212.930)	-
Resultado Líquido da Intermediação Financeira	160.610	-	243.758	171.413
Outras Receitas (Despesas) Operacionais (b)	(420.918)	89.870	(534.928)	83
Resultado Operacional	(260.308)	89.870	(291.170)	171.496
Resultado não Operacional	(39.816)	-	6.393	-
Resultado Antes da Tributação	(300.124)	89.870	(284.777)	171.496
Imposto de renda e contribuição social	(13.192)	-	(13.306)	-
Impostos diferidos (c)	(226.460)	(25.972)	(18.914)	140.799
Prejuízo do Período	(539.776)	63.898	(316.997)	312.295

(a) Refere-se a resultado na venda de títulos e valores mobiliários mensurados ao custo corrigido até 31 de dezembro de 2018, dado a intenção da Administração, naquela ocasião, de mantê-los até o vencimento (Nota 6b).
(b) Em 2020, refere-se a reembolso de juros pagos indevidamente decorrente de dívida perpétua no Banco e Consolidado (Nota 18).
(c) Em 2020, refere-se a baixa de crédito tributário registrado na subsidiária CCB Financeira em decorrência de não haver expectativa de geração de resultados tributáveis nos próximos 10 anos, suficientes para absorção deste crédito. Em 2019, refere-se a diferencial de alíquota de contribuição social estabelecida pela Emenda Constitucional nº 103/19.

43. Outras informações

a) Compromissos assumidos por garantias recebidas e captações junto a Organismos Internacionais

O CCB Brasil é devedor por empréstimos obtidos junto à Proparco (Société de Promotion et de Participation pour la Coopération Économique) para repasses a empresas brasileiras, cujo contrato exige manutenção de índices financeiros mínimos (financial covenants), além da exigência de obrigações de responsabilidade socioambientais. As operações de empréstimos e repasses do exterior, que contém cláusulas restritivas ("covenants"), são classificadas no circulante, por motivo de desengajamento de indicadores. Os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e as normas do BACEN. São também monitorados e aferidos pelo credor mencionado.

BANCO E CONSOLIDADO		Requerido
Capitalização (Basileia)		≥ 11%
Soma dos 20 maiores riscos sobre PR		≤ 300%
Concentração de risco por segmento de mercado		≤ 25%
Créditos D-H + Dações - Provisões sobre "PR"		≤ 25%
Despesas Operacionais sobre Resultado Operacional		≤ 85%
Gap de liquidez de 90 dias em R\$: 0

b) Seguros

O Banco adota uma política de proteção a riscos, segundo a relevância dos montantes envolvidos e a Administração considera suficientes os valores globais dos seguros contratados.

44. Eventos Subsequentes

Em 1º de Março de 2021, foi publicada a Medida Provisória 1.034, a qual está em trâmite no Congresso Nacional e se aprovada, majorará a alíquota de CSLL para instituições financeiras, sendo 20% para CCB Brasil DTVM, CCB Brasil Leasing e CCB Brasil Financeira e 25% para CCB Brasil Banco Múltiplo. As alíquotas retornam para 15% e 20%, respectivamente, a partir de 1º de janeiro de 2022.

COMITÊ DE AUDITORIA	
Presidente e membro qualificado:	Heraldo Gilberto de Oliveira
Membros do Comitê:	Walter Mallas Machado de Barros Daniel Joseph McQuoid

São Paulo, 25 de março de 2021
Comitê de Auditoria

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020 e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.